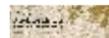


Passeios e Comeres da Dieta Mediterrânica Passeio (Folheto de apoio)

MUSEU MUNICIPAL DE TAVIRA 2014
www.museumunicipaldetavira.tavira.pt

Atividade integrada no ciclo de passeios e oficinas sobre os saberes-fazer da cozinha mediterrânica "Passeios e Comeres da Dieta Mediterrânica", desenvolvido no âmbito da exposição "Dieta Mediterrânica- Património Cultural Milenar". O que é a Dieta Mediterrânica? A exposição responde a esta questão dando a conhecer as suas múltiplas dimensões: o conceito de espaço cultural e de estilo de vida mediterrânico milenar, um património cultural imaterial transmitido de geração em geração e os seus aspetos sociais e religiosos, os alimentos sagrados e as suas simbologias, os produtos do mar e da terra que dão suporte a um regime alimentar de excelência reconhecido pela OMS Organização Mundial de Saúde.

A *Dieta Mediterrânica* integra a Lista Representativa de Património Imaterial da Humanidade, tendo sido inscrita em 4 de dezembro de 2013. Tavira é a comunidade representativa de Portugal. Subscreveram esta candidatura transnacional, sete Estados com culturas mediterrânicas milenares: Portugal (Tavira), Chipre (Agros), Croácia (Hvar e Brac), Grécia (Koroni), Espanha (Soria), Itália (Cilento) e Marrocos (Chefchaouen).



DO PÃO E DOS CEREAIS

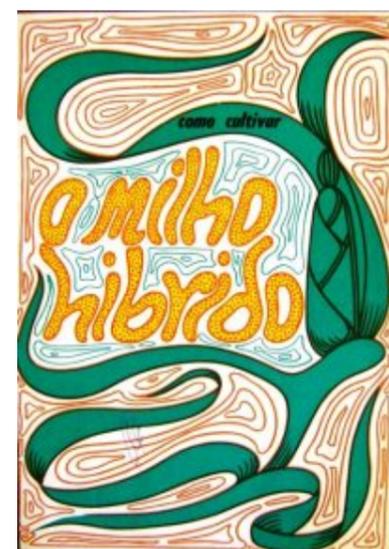
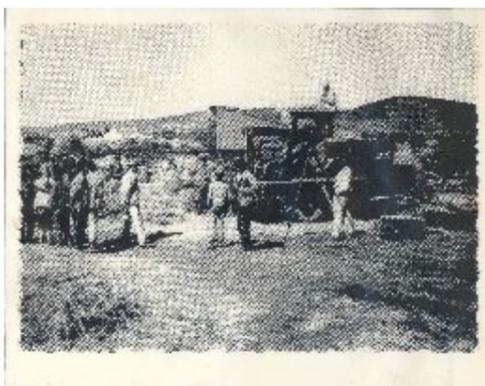
Os cereais integram a trilogia da cultura alimentar mediterrânica: pão, azeite e vinho. Existem, no entanto, testemunhos sobre a grande falta de "terras de pão" no Algarve. Os figueirais seriam a sua maior riqueza (Baptista Lopes 1841, Carminda Cavaco 1976, Magalhães 1993, entre outros). Atualmente são comuns as memórias de matar a fome com figo seco em tempos de carestia.

Ao longo da História assistiu-se a inúmeras crises agrícolas de *pão*. Várias foram as tentativas de resolução- desde a obrigatoriedade de cultivar os terrenos (por exemplo, a *Lei das Sesmarias*) à sempre necessária importação de cereais panificáveis. Registe-se, em tempos mais recentes, algo que veio a constituir um ponto de viragem na orientação da economia cerealífera e que teve reflexos duradouros na paisagem- o regime que ficou conhecido pela "Lei da Fome". De forma a diminuir a dependência externa em relação a fornecedores estrangeiros e a aumentar a produção, no final do século XIX, o governo toma medidas protecionistas face à importação de géneros alimentícios. Um dos focos destas políticas foi o trigo (juntamente com outros cereais panificáveis). As suas principais disposições estão consignadas em duas leis, promulgadas em 1889 e 1899. Este regime jurídico implementa: i) a regulamentação dos preços de trigo mole e rijo nacionais praticados no Mercado Central de Produtos Agrícolas; ii) a obrigatoriedade de, todos os anos, os produtores e detentores de trigo declararem a quantidade para venda deste cereal (manifesto); iii) a obrigação dos fabricantes de farinha de comprar o trigo nacional aos produtores até este acabar- caso não o fizessem, não seriam autorizados a importar. Houve algumas contrariedades: devidos a vários fatores, muitos agricultores não faziam o manifesto dos cereais; a indústria moageira não tinha trigo disponível em determinados períodos, aumentando frequentemente os preços do pão, contrariando desta feita o objetivo inicial das leis - o pão, base da alimentação da classe trabalhadora urbana, nunca poderia encarecer (Reis 1979).

Este regime protecionista havia de vigorar durante bastante tempo, ainda durante o século XX. Acresceu ainda a intenção de promover a expansão agrícola, desta feita através de aperfeiçoamentos técnicos e medidas de encorajamento de uso de variedades de semente melhorada e de adubos químicos. A partir de 1928, inicia-se a Campanha do Trigo, procedendo-se a arroteias de grandes extensões de terra, nomeadamente no Alentejo, para cultivo de cereais (Pais *et al* 1976, 1978).

Desde sempre que a agricultura teve uma expressão muito forte em Tavira pese embora as diferenças no território. Não será pois coincidência, a criação de um Posto Agrícola em Tavira, em 1927, sede da XV Estação Agrária Nacional, tendo em vista a investigação científica e o aconselhamento dos agricultores. Na década de 40, há dois marcos a referir: a criação do Grémio da Lavoura de Tavira, o primeiro do Algarve, em 1940; e a fundação da Cooperativa Agrícola de Santa Catarina da Fonte do Bispo, em 1949. O Grémio, para além do apoio aos agricultores, tinha a seu cargo os serviços da Federação Nacional dos Produtores de Trigo, entre outras políticas estatais. A Cooperativa Agrícola é uma referência muito presente quando se fala hoje em dia com os agricultores da zona de Tavira devido às mudanças que introduziu. Para além do estatuto cooperativo, de referir a construção de estradas na serra de Tavira, fundamentais para a distribuição dos produtos agrícolas e para a circulação de grandes máquinas. Refira-se por exemplo, as debulhadoras, propriedade da Cooperativa, essenciais no ciclo do pão e, que segundo os habitantes locais, em tempos idos chegavam a ficar vários dias na Mealha (freguesia de Cachopo), tal era a fartura de cereal para debulha.

O que ficou de tudo isto? Agora olhamos para a paisagem à nossa frente, onde se vê estevas, mato rasteiro e alguns sobreiros, podemos imaginar campos de cereais a perder de vista e, antes deles, pasto e sobreiros (estes ainda constituem parte da economia dos habitantes da serra, devido ao precioso valor da cortiça).



Folhetos de divulgação da cultura do milho híbrido, lançados pela Secretaria de Estado da Agricultura (recolha no Posto Agrário de Tavira, *circa* 2003).

© Direç. o Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, sem data.



Máquina debulhadora (à esq.). Ensaios de cereais (à dir.). (Fotos recolhidas no Posto Agrário de Tavira, *circa* 2003).
© Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, sem data.



